



CONVÊNIO DE ESTÁGIO Nº 006/2020 – PMC  
CONVÊNIO DE ESTÁGIO Nº \_\_\_\_\_/2020 – Estácio do Recife

*Convênio para desenvolvimento de Programas de Estágio Curricular que, entre si, celebram o CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO RECIFE, mantido pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO/PE.*

O CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO RECIFE, inscrito no CNPJ 02.608.755/0038-90 e situada à Av. Engº. Abdias de Carvalho, 1678 – Madalena – Recife/PE, CEP 50.720-635, com Site: <https://portal.estacio.br/unidades/centro-universitario-estacio-do-recife>, representada por sua REITORA, a Sra. MARILENE GONDIM DA SILVA, portadora do RG 92.007.010.291-SSP/CE e CPF 384.869.033-00, mantida pela IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL Ltda, inscrita no CNPJ 02.608.755/0001-07 e situada à Rua Promotor Gabriel Netuzzi Perez, 108, Santo Amaro – São Paulo/SP, CEP 04.743-020, representada por seu DIRETOR-PRESIDENTE, o Sr. Eduardo Parente de Menezes, portador do RG 08401418-2 - IFP/RJ e CPF 815.040.477-53, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE, e do outro lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO, inscrita no CNPJ 10.150.068/0001-00, com endereço à Praça Onze de Novembro, 88 – Centro – Condado/PE, CEP 55.940-000, com Site: <https://condado.pe.gov.br>, e-mail institucional [contratos@condado.pe.gov.br](mailto:contratos@condado.pe.gov.br) e telefone (81) 3642-1031, neste ato, representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. ANTONIO CASSIANO DA SILVA, portador do RG 1.177.534 - SDS/PE e CPF 102.294.934-91, aqui denominada CONVENIADA/CONCEDENTE, que confere poderes à sua GERÊNCIA DA GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS (GGCC), neste ato representada por seu Gerente, o Prof. Emilson Martiniano Benedito, RG 5.93.053 – SSP/PE e CPF 032.206.124-58, legalmente constituída para firmar toda e quaisquer tratativas relacionadas a Convênios, Contratos, Termos de Compromisso de Estágios e similares, em nome do Município de Condado/PE, respeitadas as condições próprias da Legislação Municipal sobre a matéria, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DE ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO** – O presente Convênio visa o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programa de Estágio Supervisionado Obrigatório, e quando couber, também o Não Obrigatório, em atividades práticas, não remunerado, de interesse curricular, nos termos da Lei Federal Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e da Lei Municipal Nº 1.037, de 19 de setembro de 2017, mas considerada, em todo caso, a operacionalização normatizada pela Instrução Normativa GGCC Nº 003, de 23 de outubro de 2017, para a concessão de estágios aos alunos matriculados na Instituição de Ensino Superior (IES) em tela, proporcionando situações profissionais reais para aplicação.



do movimento permanente de ação/reflexão, teoria/prática pertinentes aos cursos de formação ofertados pela IES e, sobretudo, os de **graduação**.

**Parágrafo Primeiro** - Os estágios previstos neste Convênio serão realizados nas dependências da CONVENIADA/CONCEDENTE, consoante explicitado nos correspondentes *Termos de Compromisso de Estágio (TCE's)* a serem oportunamente firmados pela Concedente com o candidato ao estágio, com a interveniência obrigatória da Convenente.

**Parágrafo Segundo** - As ações e atividades desenvolvidas pelo aluno estagiário serão explicitadas no *Plano de Estágio*, que integrará esse instrumento independentemente de transcrição.

**Parágrafo Terceiro** - A realização do estágio curricular, por parte de estudante, não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza.

**Parágrafo Quarto** - Em nenhuma hipótese poderá ser cobrado do estudante qualquer taxa referente às providências administrativas para a obtenção e realização do estágio curricular.

**Parágrafo Quinto** - As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no *Projeto Pedagógico do Curso (PPC)*.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO (TCE)** - A realização dos estágios dependerá de prévia formalização, em cada caso, do competente *TCE* que será assinado pelo **Estagiário**, pelo **Representante da Concedente** do estágio e ainda pelo **Representante Legal da Convenente**, ou por quem este(a) aqui designar, desde que o designado apresente Procuração deste ou documento similar atribuindo-lhe poderes para tal.

**Parágrafo Primeiro** - A celebração de Convênio de concessão de estágio entre a Instituição de Ensino e a parte Concedente não dispensa a celebração do *TCE*.

**Parágrafo Segundo** - Os *TCE's* de que trata esta Cláusula deverão fazer referência expressa ao presente Convênio, que se vinculam para todos os efeitos legais.

**Parágrafo Terceiro** - As atividades desenvolvidas no estágio, devidamente discriminadas nos *TCE's*, deverão ser compatíveis com as atividades escolares.

**Parágrafo Quarto** - Os *TCE's*, em relação à IES, deverão ser assinados exclusivamente pelo Representante Legal da Instituição de Ensino, exceto se outra pessoa vinculada à Instituição dispuser de Procuração deste ou documento similar que lhe autorize





TCE's, ficando desde já acertado que os TCE's serão assinados exclusivamente pelo(a) **Reitor(a)** da IES ou por seu(ua) delegado(a), que do Reitor apresente **Procuração** ou documento similar para tais fins.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PLANO DE ESTÁGIO - A CONVENIADA**, para bem atender à finalidade do presente Convênio, obriga-se a propiciar aos estudantes estagiários todas as condições e facilidades para um adequado aproveitamento do estágio, cumprindo e fazendo cumprir o *Plano de Estágio* previamente elaborado e aprovado, bem como designando Supervisor para acompanhar e orientar o aluno.

**CLÁUSULA QUARTA: DA SELEÇÃO DE ALUNOS** - Fica assegurada à CONVENIENTE a prévia indicação dos seus estudantes, encaminhando-os com **Carta de Encaminhamento** ou similar, e resguardado à CONCEDENTE, em todo caso, acolher ou não as indicações conforme suas necessidades e ainda aqueles que melhor atender aos seus interesses.

*Parágrafo Primeiro* – Quando o interesse por estagiários partir da Concedente, a indicação de alunos também poderá ser feita pela CONVENIENTE mediante solicitação formal da CONVENIADA/CONCEDENTE, cabendo a esta, a seu livre critério, escolher os candidatos que melhor atendam aos seus interesses.

*Parágrafo Segundo* - A CONVENIENTE encaminhará à CONVENIADA/CONCEDENTE, quando solicitada, a relação dos estudantes por ela indicados, acompanhada de Declaração Formal específica para cada aluno, atestando a respectiva matrícula, curso, período, horário de aula e frequência, e quando solicitado, histórico escolar atualizado.

*Parágrafo Terceiro* – Quando o caso se enquadra no que coloca o *Parágrafo 1º* desta *Cláusula 4ª*, o número previsto de vagas de estágio a serem realizados durante a vigência do Convênio será estipulado de acordo com a legislação em vigor e disponibilidade da CONVENIADA/CONCEDENTE.

*Parágrafo Quarto* – Assegura-se a pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte Concedente do estágio.

**CLÁUSULA QUINTA: DA CARGA HORÁRIA** - A carga horária do estágio será de, no mínimo, 4h diárias e 20 horas semanais ou de 6h diárias e 30 horas semanais, conforme prerrogativa da Concedente, não podendo, todavia, exceder essa carga horária limite, nem conflitar com o horário escolar do estagiário, devendo ser compatível com a jornada de suas atividades escolares.

*Parágrafo Único* - A duração do estágio não poderá exceder 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.



**CLÁUSULA SEXTA: DO PERÍODO DE RECESSO** - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

*Parágrafo Único* - Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 01 (um) ano.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS** - Além das obrigações assumidas nas cláusulas deste Convênio, os partícipes obrigam-se, especialmente, ao seguinte:

**I – Obrigações da Conveniada/Concedente:**

a) Celebrar *TCE* com o estagiário, com a interveniência obrigatória da Instituição de Ensino, zelando por seu cumprimento, e seguindo os padrões especificados na Legislação Municipal;

b) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

c) Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para recepcionar e orientar como supervisor até 6 (seis) estagiários simultaneamente;

d) Exigir do estagiário que redija Relatório de suas atividades de estágio, que apresente ao seu Supervisor imediato para validação e posteriormente deposite-o na Instituição de Ensino para aprovação, cabendo, portanto, que o estagiário date e assine, tome a assinatura do seu Supervisor e da Instituição de Ensino, em 2 ou 3 vias iguais ao término de cada período não superior a 6 meses de estágio ou quando antes disso o estágio for dado por concluído ou encerrado;

e) Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar *termo de realização do estágio* com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

f) Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

g) Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, somente quando o estágio não for obrigatório, conforme fique estabelecido no *TCE*;

**II – Obrigações da Conveniente:**

a) Participar da celebração do *TCE* do estagiário (ou do seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz) com a Concedente do estágio, na condição de Interveniente Obrigatória, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do





estudante e ao horário e calendário escolar, sendo para isso lavrado TCE conforme legislação da Concedente;

b) Avaliar as instalações da parte Concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

c) Indicar professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

d) Exigir do educando como condição obrigatória a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das suas atividades, devidamente datado e assinado pelo estagiário (relatoriador), pelo Supervisor imediato do estagiário (validador) e pela Conveniente (aprovador) isso em, no mínimo, duas vias (ou 3) devidamente iguais, de modo que, depois de todas as assinaturas nas duas ou três vias, uma seja da Conveniente, outra da Concedente e a outra, se do interesse do estagiário, seja sua;

e) Zelar pelo cumprimento do TCE, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

f) Elaborar normas complementares para a avaliação e os instrumentos dessa avaliação dos estágios de seus educandos;

g) Comunicar à parte Concedente do Estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;

h) Aplicar ao estagiário as medidas de proteção e demais determinações relacionadas à saúde e à segurança no trabalho;

i) Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, quando o estágio for obrigatório.

**CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA** - O presente instrumento terá vigência de 05 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada mediante celebração de *Termo Aditivo de Prazo (TAP)* específico, na forma da legislação em vigor, devendo todo e qualquer TCE ser celebrado somente se dentro da vigência do presente Convênio.

**CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO** - Por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, poderá a partícipe prejudicada dar por findo o presente Convênio, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a partícipe inadimplente pelos prejuízos ocasionados, salvo hipótese de caso fortuito ou de força maior devidamente demonstrado.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA DENÚNCIA** - Qualquer das partes, quando bem lhe convier e a seu livre critério, poderá dar por findo o presente Convênio, desde que o faça mediante aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta dias) úteis, sem prejuízo das atividades em andamento, sem que nada seja exigido como indenização ou qualquer tipo de ônus.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA GESTÃO DO CONVÊNIO** - O presente instrumento será gerido pelo órgão competente da CONVENIADA/CONCEDENTE por sua



tratativas que se fizerem necessárias, podendo, inclusive representar o Município no que tange aos estágios.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS** – Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente, mediante o entendimento entre as Partes, cabendo ainda, quando for o caso, a intervenção da Assessoria Jurídica/Procuradoria-Geral do Município.

**Parágrafo único:** Substitui-se por este Termo o Convênio S/Nº, de 29/09/2017.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO** – Para que produza seus efeitos legais, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da celebração do presente Convênio, a GGCC providenciará a publicação de extrato resumido deste Convênio em cumprimento às disposições do *parágrafo único* dos art. 61 e do art. 116 da Lei Federal Nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO** - Elege-se o Foro da Comarca de Condado, Estado de Pernambuco, como o competente para dirimir quaisquer pendências que venham a surgir como consequência do descumprimento do presente Convênio, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que se configure.


E, por estarem assim de acordo, e para validade do que foi pactuado, os Partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Condado/PE, 26 de outubro de 2020


**PACTUANTES**

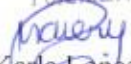
  
**Marilene Gondim da Silva**  
Reitora – Centro Univ. Estácio do Recife  
CONVENENTE

  
**Antonio Cassiano da Silva**  
Prefeito Municipal de CONDADO/PE  
CONVENIADA/CONCEDENTE

  
**Prof. Emilson Martiniano Benedito**  
Gerente da Gestão de Contratos e Convênios  
REPRESENTANTE DA CONCEDENTE

**TESTEMUNHAS**

  
**Joane Silva Barbosa**  
CPF 041.862.934-06  
RG 6.287.337 – SSP/PE

  
**Maiery Karla Lopes da Silva**  
CPF 124.970.894-00  
RG 9.911.124 – SDS/PE

*Prof. Esp. Emilson Martiniano Benedito*  
Gerente da Gestão de Contratos e Convênios  
Prefeitura Municipal de Condado/PE  
PORTARIA Nº 624/2017